AS FACES DA COMUNIDADE DE FALA[1]

COMMUNITY FACES OF SPEECH

Marcos Luiz Wiedemer
Doutorando em Estudos Lingüísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestre em Lingüística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: professormlw@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a noção de comunidade de fala e suas implicações na pesquisa sociolingüística, mostrando que esta pode ser ampliada, e que outros construtos teóricos podem contribuir em uma pesquisa variacionista, como as de redes sociais e comunidade de prática. A metodologia utilizada para atingir o objetivo deu-se através de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Variação. Sociolingüística. Comunidade de Fala.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the concept of community of speech and its implications in the search sociolinguistics, and show that this can be expanded and that other theoretical constructs can help in a search variations, such as social networking and community of practice. The methodology used to achieve the goal, took place through literature search.

Key-words: Variation. Sociolinguistics. Speech community.

INTRODUÇÃO

> "Language is both an individual possession and a social possession" (WARDHAUGH, 2002, p. 116).

A sociolingüística, ao trabalhar com o conceito de comunidade de fala (doravante CF), procura estabelecer que características um grupo de falantes compartilha para então embasar suas pesquisas e relacionar quais fatores estariam atuando na variação e na mudança da língua. Com isso, busca definir as semelhanças e as diferenças lingüísticas de um grupo, e a razão pela qual certos grupos de falantes compartilham traços lingüísticos que os distinguem de outros grupos, voltando-se ao exame da língua tal como ela é produzida por estes.

Além disso, considera que os falantes de uma CF apresentam diferenças e semelhanças sistemáticas, e que há uma organização social que reflete o uso da fala e, por conseqüência, as características percebidas no indivíduo da comunidade analisada.

De acordo com Guy (2000), a justificativa para reunir falantes de uma região, classe ou sexo dentro de uma CF é unir os idioletos de falantes individuais, procurando estabelecer quais traços lingüísticos são compartilhados por eles e quais os distinguem de outros grupos de falantes.

No entanto, a tentativa de chegar-se a uma acepção única do conceito de CF é dificultada pela existência de múltiplas definições (sociais, lingüísticas etc.) para o termo. Além disso, o conceito de CF está atrelado a escolhas que seus membros fazem, pois estes podem determinar com que grupo se identificar. Já a identificação dos limites de uma CF decorre das escolhas do pesquisador. Diante disto, pode-se questionar: como então operar com uma definição que foca a comunidade e não o indivíduo na análise lingüística?

Na tentativa de responder este questionamento, a definição de CF pode ser ampliada e outras noções teóricas podem contribuir para a pesquisa sociolingüística, como as de redes sociais e comunidade de prática, uma vez que o controle do modo como os indivíduos de uma comunidade organizam sua comunicação pode apresentar resultados que expliquem o uso de diferentes variáveis de fala dentro de uma comunidade.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir a noção de comunidade de fala e suas implicações na pesquisa sociolingüística, mostrar que esta pode ser ampliada, e que outros construtos teóricos podem contribuir para uma pesquisa variacionista, como as de redes sociais e comunidade de prática.

O texto está organizado da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se o conceito de CF proposto por Labov (1972), em conjunto com as definições de Guy (2000, 2001) e os principais pontos das abordagens, bem como as discussões iniciais destas. Na segunda seção, busca-se avançar na definição de CF e mostrar que o controle do modo como os indivíduos de uma comunidade organizam sua comunicação e da maneira como fazem isso pode contribuir com resultados que expliquem certos usos e ampliar a pesquisa sociolingüística. Na terceira

seção, as noções de redes sociais e comunidade de prática são abordadas buscando ampliar a discussão a respeito de análises lingüísticas que envolvam a noção de CF. Por último, tem-se as considerações sobre o trabalho, bem como as referências utilizadas.

INÍCIO DE CONVERSA

O surgimento do conceito de CF nas pesquisas sociolingüísticas ocorreu na década de 1960[2] (PATRICK, 2004 apud SEVERO 2007). Desde então, a noção de CF vem constituindo objeto de estudo da área. Mas a utilização da definição de CF passa a ter peso após as pesquisas desenvolvidas por Labov (1972).

Labov (1972, p. 184), ao situar o estudo da língua no contexto social, propõe "o estudo da estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala"[3]. Ao fazer isto, o autor rompe com as correntes anteriores (estruturalismo e gerativismo), que analisavam a língua através de uma estrutura homogênea, formulada por regras categóricas que podiam ser estudadas fora de seu contexto social. Hymes (2003, p. 34) realça a importância da CF ao afirmar que "a unidade natural para a taxonomia e descrição sociolingüística, contudo, não é a linguagem, mas a comunidade de fala".

Este novo modo de olhar a língua tanto permitiu analisar e descrever o uso de variáveis da língua dos indivíduos no contexto de uma CF, como apontou que a presença da heterogeneidade é que permite ao sistema lingüístico se manter em funcionamento mesmo nos períodos de mudança lingüística.

Para Labov (1972, p. 120-121):

> a comunidade de fala não é definida por nenhum acordo/contrato no uso de elementos de língua, mas pela **participação em um jogo de normas compartilhadas**; tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamentos avaliativos e pela uniformidade de modelos abstratos dos padrões da variação que são invariáveis em relação aos níveis particulares de uso[4] (grifo nosso).

O autor cita como principal característica que mantém uma relativa homogeneidade em uma CF "as atitudes sociais em relação à língua que são extremamente uniformes numa comunidade de fala" (LABOV, 1972, p. 248).

Essa concepção de CF atribui ao indivíduo a consciência[5] das atitudes e valores relativos à língua utilizada pelo grupo. No entanto, o escopo da noção de CF não compreende

a utilização das mesmas formas da língua, mas sim, das mesmas normas (LABOV, 1972), estando as regras gramaticais em um nível inconsciente do falante.

Baseado na proposta laboviana, Guy (2000; 2001) apresenta algumas propriedades freqüentes na literatura sociolingüística sobre CF, que podem ser assim resumidas:

a) **Características lingüísticas compartilhadas:** isto é, palavras, sons ou construções gramaticais que são usadas na comunidade, mas não fora dela.

b) **Densidade de comunicação interna relativamente alta:** isto é, as pessoas normalmente falam mais com outras que estão dentro do grupo do que com aquelas que estão fora dele.

c) **Normas compartilhadas:** isto é, "atitudes em comum sobre o uso da língua, normas em comum sobre a direção da variação estilística, avaliações sociais em comum sobre variáveis lingüísticas" (GUY 2000, p. 18, grifo nosso).

A primeira definição elencada por Guy (2000, 2001) está vinculada à utilização de traços lingüísticos (estrutura fonética, morfológica, sintática etc.) específicos e compartilhados por determinado grupo[6], que caracterizam o indivíduo como integrante de determinada CF. De certa maneira, o indivíduo compartilha com os outros integrantes do mesmo grupo características e atitudes específicas que serão sempre associadas a este grupo, sendo que tais atitudes compartilhadas estabelecem estereótipos.

Mas atribuir a definição de uma CF somente a características lingüísticas compartilhadas parece inconsistente, uma vez que isso não garante que os membros de uma CF apresentem um comportamento lingüístico diferenciado dos não-membros, se levarmos em consideração que dentro de uma mesma comunidade não há restrições de variação na fala dos indivíduos. No entanto, a CF pode apresentar restrições definidas para cada comunidade, e pode estar sujeita a limitações universais do sistema, como por exemplo, a preferência fonológica CC > CV.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) esclarecem que através da comparação entre estudos feitos em diferentes comunidades pode-se ter uma idéia dos universos da variação, ou seja, o(s) elemento(s) ou fator(es) que rege(m) determinado fenômeno variacionista.

Para dar conta da definição de CF, Guy (2000, 2001) propõe, então, outros dois elementos: densidade de comunicação, e normas e atitudes compartilhadas.

A densidade de comunicação e a utilização de normas compartilhadas determinam a participação ou não dos indivíduos em uma CF, ou seja, o nível relativamente alto de exposição e interação dentro de um grupo favorece a absorção de traços lingüísticos por parte de seus integrantes; e por outro lado, o baixo nível de exposição e interação com os não-membros desfavorece a absorção desses mesmos traços.

No quadro (1) abaixo, buscou-se uma representação das definições de Guy (2000, 2001):

Dentro da Comunidade	+ exposição = > interação + traços lingüísticos	> características lingüísticas compartilhadas
Fora da Comunidade	- exposição = < interação – traços lingüísticos	< características compartilhadas

Quadro 1 - Relação entre o nível de exposição e interação na CF e a absorção de traços lingüísticos no interior e exterior de uma CF

Mas somente a exposição a traços lingüísticos ou à alta densidade de interação não esclarece o porquê dos falantes quererem se acomodar a outros falantes, garantindo a manutenção dos mesmos traços lingüísticos, e, por conseguinte, das características lingüísticas compartilhadas dentro da CF. Esta análise parece carecer de uma explicação sobre as atitudes e vontades dos interlocutores em relação ao uso da língua.

Tem-se, então, que os membros de uma comunidade, através de atitudes lingüísticas construídas com base em normas comuns, definem os contextos de falas formais e informais, ou seja, apontam as variáveis que são apropriadas para o uso no grupo. Sobre isto, Weinreich, Labov e Herzog (1968) afirmam que um enunciado possui, além do significado representacional, outras duas funções: a *função de identificação* do falante e a *função de acomodação* ao ouvinte, e as regras gramaticais se adaptam à competência do falante conforme as restrições exigidas; sendo estas quantitativas. Portanto, esta definição engloba não somente traços definidos pela geografia da comunidade, mas também traços sociais.

Além disto, para Guy (2000, p. 18), ao trabalhar com a noção de CF, a sociolingüística tem como objetivo unir idioletos de falantes individuais, procurando, desta forma, estabelecer quais traços lingüísticos são compartilhados, e quais os distinguem de outros grupos de falantes. E, para que haja uma conexão entre idioleto e língua, a participação em uma comunidade e o processo de acomodação[7] garantem que muitos traços lingüísticos

comuns sejam mantidos. Esse modelo de CF favorece a investigação empírica de quais traços são compartilhados e com que grau de semelhanças e diferenças lingüísticas.

Tal modelo de CF leva a uma sobreposição dos traços lingüísticos compartilhados por seus membros. Em um nível ascendente, compartilha traços regionais, nacionais e assim por diante.

Desta maneira, as comunidades encontram-se encaixadas umas dentro das outras, pois um falante pode participar ao mesmo tempo de mais de uma comunidade. O resultado deste modelo favorece tanto a observação de uma comunidade mais geral da língua, quanto a observação de comunidades locais, permitindo a análise de cruzamentos de traços lingüísticos que possibilitam trabalhar com a noção de comunidades encaixadas (GUY, 2000, 2001). Além disto, outras comunidades podem estar interligadas, como sub-comunidades que são definidas por relações de vizinhança, classe social, etnia, religião, ocupação etc. Assim, uma pesquisa sociolingüística recebe um recorte de acordo com a abordagem metodológica definida, e esta pode partir de uma comunidade local, geral, das duas ou, ainda, dos cruzamentos lingüísticos existentes.

Isto conduz a existência de muitos fatores, frequentemente inter-relacionados, a serem controlados, ocasionando alterações na interpretação de quais fatores estão em jogo na variação lingüística e trazendo algumas implicações para a análise lingüística. Assim, a busca de padrões de distribuição das diferenças é objeto para a pesquisa lingüística. Guy (2000, p. 22), ao abordar os limites internos de uma CF, aponta que as restrições:

> devem ser universais e não admitir diferença entre comunidades ou entre falantes; os efeitos lexicais devem ser altamente locais e assistemáticos, dada à axiomática "arbitrariedade do signo lingüístico" e também os resultados mais interessantes sejam aqueles que envolvem diferenças mais estruturais entre comunidades.

Além dessas "propriedades" (características lingüísticas compartilhadas, densidade de comunicação e normas compartilhadas), Wardhaugh (2002) elenca as noções de *estereótipo* (presença de certas características comportamentais) e de *identidade* como fundamentais na delimitação do conceito de comunidade de fala. Dessa forma, comunidades de fala são sempre definidas praticamente a partir das suas relações com outras comunidades. Nas palavras do autor "dizer que um membro de determinado grupo que ele ou ela sempre exibirão algum comportamento característico é oferecer um estereótipo"[8] (WARDHAUGH, 2002, p. 117).

Neste jogo de relações, vale chamar a atenção para o controle do contato entre os membros de uma mesma CF, o que rapidamente leva a pensar em como controlar a diferença entre variáveis e os motivos que levam à sobreposição de traços dentro da comunidade.

AVANÇANDO NA DEFINIÇÃO

Como vimos, um membro de uma CF é capaz de reconhecer as diferenças e semelhanças quantificadas da estrutura de natureza categórica, ou seja, o que uma comunidade tem e a outra não tem, e esta definição dos traços lingüísticos usados por uma comunidade ajuda a distinguir suas fronteiras externas. Além disto, a densidade de comunicação interna ajuda na manutenção da comunidade, ou seja, os falantes da comunidade tendem a se interar mais do que os não-membros. Dessa forma, os indivíduos são capazes de distinguir as diferenças relativas às variáveis de forma quantitativa desde que estas não venham a modificar a estrutura particular de uso. Mas, dentro de uma mesma comunidade, observa-se a existência de sub-comunidades.

Para dar conta da variação dentro de uma mesma comunidade, Guy (2001, p. 7) apresenta a hipótese de que:

> falantes que compartilham as mesmas condições de contexto em um processo variável, mas são diferenciados pelo uso geral do processo, podem ser considerados como usando a mesma gramática. Mas falantes que mostram efeitos de contexto significativamente diferentes estão usando gramáticas diferentes.

Para o autor, deve-se considerar aspectos quantitativos e qualitativos para limitar uma comunidade de fala, pois as variações/diferenças de uma comunidade de fala implicam diversidade de uso de uma mesma gramática (não-gramaticais) enquanto que diferentes comunidades de fala fazem o uso de gramáticas diferentes.

Desta forma, uma CF mantém certa homogeneidade interna, pois as diferenças no que tange a usar, ou não, um fenômeno variável atrelado aos fatores sociais ou lingüísticos não altera a uniformidade interna da comunidade se as variáveis não interferirem em sua coerência fundamental.

Assim, as considerações apresentadas por Guy (2000, 2001) não diferem dos pressupostos de Labov (1972), pois ambos consideram que o limite da CF baseia-se no sistema lingüístico abstrato dos falantes e nas atitudes sociais em relação à língua. Diante

disto, pode-se concluir que os usos lingüísticos de uma mesma gramática é que identificam os membros de uma CF.

Embora se considere as diferenças entre variáveis de uma comunidade como algo atrelado às atitudes e normas compartilhadas pelos falantes, ou diferença de contexto, há a necessidade de mecanismos de controle da maneira como os indivíduos de uma comunidade se comunicam e como se organizam, pois a noção apresentada até aqui se baseia nos condicionantes sociais que atuam sobre o indivíduo, mas não são criados pelos membros da comunidade[9]. Segundo Figueroa (1994 apud SEVERO, 2007) as pesquisas sociolingüísticas são baseadas no conceito de CF, e não no indivíduo; a este respeito a autora indaga "como sustentar que a língua se localiza na comunidade, quando o comportamento lingüístico estudado é extraído dos indivíduos?" (FIGUEROA 1994 apud SEVERO, 2007).

De acordo com Patrick (2002, p. 588):

> a organização normativa de uma comunidade de fala é descoberta por meio da pesquisa empírica, podendo claramente diferenciar-se da estrutura socioeconômica da sociedade da qual a comunidade de fala pertence. O procedimento padrão nas pesquisas sociolingüística, sugere a consulta de pesquisas existentes na ciência social e histórica para compreender a composição de uma comunidade e informar o uso de variáveis sociais como fatores explanatórios para a variação e mudança da língua.[10]

Enfim, a definição de CF pode ser ampliada e outras noções teóricas podem contribuir para a pesquisa sociolingüística, como as de redes sociais e comunidade de prática. O controle do modo como os indivíduos de uma comunidade organizam sua comunicação pode realmente apresentar resultados que expliquem o uso de diferentes variáveis de fala dentro de uma comunidade.

Contudo, trabalhar essas noções em conjunto é um desafio para o pesquisador, pois a análise baseada nas redes sociais propõe identificar a estrutura e as propriedades das redes de relacionamento dos indivíduos. Já as comunidades de práticas visam ao estudo do repertório/práticas que os indivíduos compartilham ao realizarem determinado empreendimento em comum.

OUTROS CONCEITOS EM JOGO

A designação para r*edes sociais*, conforme Milroy (2002) corresponde aos relacionamentos criados pelas pessoas para suprir as dificuldades da vida cotidiana. Tais redes

podem variar de um indivíduo para outro e ser constituídas por ligações de diferentes tipos e intensidades. Apesar de pertencer a uma determinada CF, as pessoas fazem uso da língua/fala em diferentes práticas que oferecem diferentes modelos (variações) de uso da fala. O falante faz uso da língua para atender às exigências necessárias de cada interação específica. A autora distingue redes de primeira e de segunda ordem. Constituem redes de primeira ordem, as formadas pela família e amigos; e de segunda, as compostas por pessoas com as quais o indivíduo passa uma boa parte do tempo, no entanto, não confia a elas segredos, conselhos etc. No primeiro momento, os indivíduos aprendem as características de uma CF com aqueles que têm um primeiro contato, ou seja, com os familiares, formando assim sua identificação social; e, em um segundo momento de aprendizagem, com as pessoas se inserem em outras redes, formando redes sociais de interação que permeiam diversos grupos sociais (amigos, escola, igreja, trabalho). Segundo Milroy (2002), estudos feitos por Labov (1963 [marcas fonológicas]) e Cheshire (1982 [marcas gramaticais]) mostraram que quanto mais integrado o sujeito está a uma rede, mais freqüentemente tende a usar variantes locais/regionais.

Assim, avaliar a densidade de conexões em uma CF torna-se importante na pesquisa lingüística; e para tal finalidade é necessário criar mecanismos de medida para avaliação das redes sociais, pois os indivíduos podem optar por pertencer ou não a uma determinada rede de relacionamentos.

Chambers (1995) comenta que os elementos que enriquecem as redes são basicamente os mesmos em todo o lugar: grau de parentesco, ocupação (ambiente de trabalho) e amizade; além de colocar as redes como um micro-nível dos grupos sociais. Já Milroy (apud CALVET, 2002), ao tratar sobre de redes de comunicação, diz que a coesão de uma rede de comunicação irá garantir a coesão de um socioleto. Por outro lado, em uma comunidade lingüística, as diferenças entre os socioletos se dão em função da distância entre seus falantes.

O conceito de *comunidade de prática*, apresentado por Eckert (2000) consiste na idéia de um conjunto de pessoas reunido em torno de um empreendimento particular, negociando e aprendendo práticas que contribuem para a satisfação de um objetivo comum, por exemplo, grupo de adolescentes, da igreja, da escola, do trabalho etc. Neste sentido, embora os indivíduos tenham as mesmas características do macro-nível (sexo, idade, escolaridade e profissão), eles podem diferir quanto à fala devido a suas participações sociais. Milroy e Gordon (2003, p. 119) acrescentam que "os indivíduos que são bem integrados em redes locais estão posicionados socialmente para acessar as múltiplas comunidades de prática".[11]

Ainda sobre comunidade de prática, Lave (1996); Lave e Wenger (1991) acrescentam que "os participantes das redes, colaborativamente, por um período compartilham conhecimento e técnicas/habilidades na perseguição de certas soluções de esforços e práticas no período em que compartilham determinados valores, normas, atitudes, interesses, aspirações e mesmo paixões".[12]

Na busca de uma interface entre comunidade de prática e redes sociais, a pesquisa lingüística deve considerar que estas podem impor padrões de comportamento aos seus membros; já no que se refere àquelas, o indivíduo pode optar/escolher por pertencer ou não à determinada comunidade de prática. Holmes e Meyerhoff (1999) mencionam que na CF as normas são compartilhadas, assim sendo seus membros são definidos externamente, no entanto, na comunidade de prática, práticas construídas internamente são requeridas aos seus membros, sendo o relacionamento construído através de grupos de identidades e o processo social aprendido. Desta maneira, a comunidade de prática pode facilitar a propagação de novas formas lingüísticas.

Ainda sobre isso, Gee (2005, p. 150-151) aponta que grande parte dos grupos sociais filtra aspectos dos discursos secundários[13] com a finalidade de facilitar a aquisição do discurso pelo grupo; por exemplo, discurso escolar (o discurso científico é filtrado pela escola para que o aluno realize sua aquisição); já os discursos primários[14] são utilizados para conseguir algum destaque em relação ao discurso secundário.

Como definição de discurso, Gee (2005, p. 144) traz que:

> un discurso es una associación socialmente aceptada de formas de utilizar el lenguaje, otras expresiones simbólicas y "artefactos", de pensar, sentir, creer, valorar y actuar que pueden utilizarse para identificarse uno mismo como miembro de um grupo socialmente significativo o "red social", o para indicar (que uno está desempeñando) um "papel" socialemente significativo.

Wardhaugh (2002) destaca que a noção de comunidade de fala não pode ser um conceito fechado, e que sua definição não é menos problemática do que os conceitos de língua, dialeto, grupo e variedade. Desta maneira, a definição de uma comunidade de fala está atrelada à definição de grupo, língua ou dialeto e norma. Wardhaugh (2002, p. 121) acrescenta que "um indivíduo pertence a várias comunidades de fala ao mesmo tempo, mas em alguma ocasião particular somente a uma delas, a identificação particular depende do que é especialmente importante ou contrastivo nas circunstâncias".[15]

Desta forma, podemos observar as relações regulares entre língua e estrutura social que são altamente marcadas e permitem evidências de categoria social, idade, sexo, etnia entre outros, as quais podem ser identificadas através da análise do uso de certas normas lingüísticas.

Assim, na noção de comunidade de fala, deve haver uma abstração destes elementos para a classificação de sub-comunidades dentro de uma mesma comunidade. A relação entre língua e estrutura social mantém uma regularidade que não afeta as normas compartilhadas pela comunidade de fala, permitindo, desta maneira, que um indivíduo possa pertencer a várias comunidades de fala ou sub-comunidades ao mesmo tempo, sendo também possível sua identificação dentro destas.

Mas este tipo de pensamento, analisar o mesmo indivíduo dentro de diferentes comunidades, leva a ampliação do conceito de CF para uma noção mais geral, pois o indivíduo, ao pertencer a diversas comunidades, deve também dominar diversas regras de participação que são exigidas para identificação em cada uma delas. Para Gumperz (1968):

> muitos grupos de alguma permanência sejam eles limitados por faixas pequenas de contato face-a-face, nações modernas divididas em sub-regiões menores, ou mesmo associações ocupacionais ou grupos de vizinhança, podem ser tratados como comunidades de fala, desde que mostrem peculiaridades lingüísticas que autorizem um estudo especial. O comportamento verbal de tais grupos constitui um sistema[16] (p. 219).

Wardhaugh (2002, p. 126) sugere um outro caminho para a análise dos relacionamentos dos membros de uma comunidade: a idéia de *rede de relacionamentos*, sendo sua principal preocupação mostrar que definir "como um indivíduo se relaciona a outros indivíduos na sociedade é perguntar de que redes ele ou ela participam".[17]

Partindo deste pressuposto, lança algumas questões em seu trabalho:

> (i) como e em quais ocasiões um indivíduo específico A interage primeiro com outro B, então com C, e depois com D; (ii) Quão intensas são as várias relações: A interage mais freqüentemente com B do que com C ou D?; (iii) Como se estende a relação de A com B no sentido de como podem outros indivíduos interagir com ambos, A e B, nas atividades que fazem juntos? [...]; Se numa situação em que A, B, C, D e E estão "ligados"/atrelados numa rede, então eles estão igualmente ligados; fortemente ligados, mas com uma ligação em A predominante; ligados de modo fraco, com uma ligação em A fazendo uma "conexão"; ou numa rede em que o elo entre A e E se dá através de C? (WARDHAUGH, 2002, 129).

Desta forma, as pessoas estariam ligadas a uma multiplicidade de redes de relacionamentos, e para participar destas redes, o falante faz uso de seu repertório de fala e controla as "gramáticas" de uma língua ou mais, que são necessárias para participar destes relacionamentos (escola, trabalho, lar etc.). Para uma avaliação mais detalhada de vínculos de

redes, deve-se levar em conta o número de conexões (densidade) e a capacidade destas conexões (multiplicidade). Observa-se a partir de uma correlação lingüística de integração de um indivíduo em uma rede, que os falantes mais integrados tendem a usar mais freqüentemente variantes regionais.

Uma pesquisa sociolingüística também deve ficar atenta ao repertório de fala que cada indivíduo possui, pois uma pessoa pode controlar e fazer uso de diferentes variedades de línguas. Para Wardhaugh (2002, p. 128) "a conexão social que resulta das escolhas lingüísticas que você faz pode depender da quantidade de certas características lingüísticas, da mesma forma que de suas qualidades".[18]

A noção de CF, por sua vez, afasta da pesquisa sociolingüística o aspecto da alta mobilidade social e geográfica das sociedades modernas, deslocando os dados da realidade social existente (CHAMBERS *apud* MILROY, 2004). Assim, a noção de CF pode ser complementada pelas noções de redes sociais e comunidade de prática.

Além de todos os aspectos apresentados, outros podem fazer parte de uma pesquisa sociolingüística e contribuir na análise de uma comunidade de fala, como, por exemplo, dados etnográficos que podem explicar diversos aspectos da comunidade analisada. Assim, ao relacionar diversos fatores no controle da CF, o pesquisador terá à disposição um arcabouço de explicações para as variáveis existentes na língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde perceber ao longo do trabalho, a caracterização e definição da comunidade de fala é algo complexo, e depende de escolhas metodológicas do pesquisador em relação aos seus objetivos, já que em algum momento do trabalho haverá generalizações, pois o controle de múltiplas relações que envolvem uma CF como redes sociais, comunidades de prática, densidade de comunicação e outros fatores não é algo estanque, mas sim um *continuum*.

Além disto, ainda há outros fatores que podem atuar na definição de uma CF como fatores geográficos, sociais, mobilidade, contato, funções comunicativas, freqüência de uso de novas estruturas, entre outros. No entanto, fica claro que um falante possui capacidade de identificar as características de outros falantes, sendo isso tão nítido que percebemos claramente a qual comunidade pertence.

NOTAS DE FIM

[1] Artigo desenvolvido na disciplina de Sociolingüística ministrada pelas professoras Drª. Edair Gorski e Drª. Izete Coelho no primeiro semestre de 2007 no curso de Pós-Graduação em Lingüística/Mestrado da UFSC.

[2] Não é objetivo deste artigo apresentar uma revisão histórica sobre comunidade de fala.

[3] "The study of language structure and evolution within the social context of the speech community". As traduções ao longo deste texto são de minha responsabilidade.

[4] The speech community is not defined by any marked agreement in the use of language elements, so much as by participation in a set of shared norms. The use norms may be observed in overt types of evaluative behavior, and by the uniformity of abstract patters of variation which are invariant in respect to particular levels of usage.

[5] Sobre a vinculação do indivíduo a certa comunidade de fala e não a outra, Labov (1972) considera que as fronteiras são postas mediantes dois níveis: consciente e inconsciente.

[6] Para WARDHAUGH (2002, p. 116) a noção de grupo é definida por diversas razões: social, religioso, político, cultural, familiar, vocacional, etc. Esse grupo pode ser temporário ou quase-permanente.

[7] Para Labov (1978) a "função de acomodação" da linguagem está relacionada à maneira como o falante se acomoda à situação comunicativa, constituindo um dos objetivos da teoria sociolingüística, relacionar a variação em qualquer nível lingüístico às funções de representação, identificação ou acomodação.

[8] To say a member of such a groups that he or she will always exhibit a certain characteristic behavior is to offer a stereotype.

[9] Vale lembrar que o objeto de estudo para Labov é a comunidade de fala e não o indivíduo.

[10] To the extent that the normative organization of a Speech Community is discovered through empirical research, it can clearly be distinguished from the socioeconomic structure of the society to which that Speech Community belongs. Standard procedure in sociolinguistic surveys requires consulting existing social science and historical research to understand the makeup of a community and inform the use of social variables as explanatory factors for language variation and change.

[11] Individuals who are well integrated into local networks are socially positioned to access multiple communities of practice.

[12] Networks learners collaboratively in terms of shared knowledge and overlapping skills in the pursuit of certain sorts of endeavors and practices in terms of which they must share certain values, norms, attitudes, interests, aspirations, and even passions.

[13] Gee (2005, p.150) define **discurso secundário** a aprendizagem que se dedicam as pessoas como parte de suas socializações em diversos grupos e instituições locais, estatuais e nacionais (p.ex. igrejas, escolas, etc.).

[14] Gee (ibidem, p. 150) define **discurso primário** como aqueles cuja aprendizagem as pessoas se dedicam desde muito cedo, durante sua socialização primária como membros de determinadas famílias, e configuram nossa primeira identidade social.

[15] An individual therefore belongs to various speech communities at the same time, but on any particular occasion will only one of them, the particular identification depending on what is especially important or contrastive in the circumstances.

[16] Most groups of any permanence, be they small bands bounded by face to face contact, modern nations divisible into smaller subregions, or even occupational associations or neighborhood gangs, may be treated as speech communities, provided they show linguistic peculiarities that warrant special study. The verbal behavior of such groups constitutes a system

[17] How an individual relates to other individuals in society is to ask what networks he or she participates in.

[18] The social bonding that results from the linguistic choices you make may depend n the quantity of certain linguistic characteristics as well as their quality.

REFERÊNCIAS

CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística:* uma introdução crítica. Tradução: Marcos Marciomilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CHAMBERS, Jack K. (1995) Networks. In: *Sociolinguistic theory*. Oxford: Blackwell, 1995. p. 66-84.

ECKERT, P. *Language Variation as social Practice.* Oxford: Blackwell, 2000.

GEE, James Paul. *La Ideologia en los Discursos:* lingüística social y alfabetizaciones. Trad. Castellana de Pablo Manzano, Madrid: Ediciones Morata, 2005.

_____ *Decontextualized language:* a problem, not a solution.

GUMPERZ, J. The speech community. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences.* London, Macmillar, 1968.

GUY, Gregory. A Identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialetal nos padrões de variação lingüística. *Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre, v. 28 e 29. p. 17-32.

_____ (2001) **A***s comunidades de fala:* fronteiras internas e externas. *Abralin.* Disponível em http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf. Acesso em 2006.

HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam. The community of Pratice: theories and methodologies in language and gender research. *Language in Society 28:2*. Cambridge University Press, p. 173-183, 1999.

HYMES, Dell. Models of the Interaction of Language and Social Life. In: PAULSTON C. B. & TUCKER G. R. (eds). *Sociolinguistics: the essencial readings.* Oxford: Blackwell Publ.

LABOV, William (1972) *Sociolinguistic Patterns.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

_____ (1978) *Where does the linguistic variable stop?* A response to Beatriz Lavandera. Working papers in Sociolinguistics 44.

MILROY, Lesley (2002) Social Networks. In: CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P; SCHILLING-ESTES, N. (eds.) *The handbook of language variantion and change.* Oxford: Blackwell. p. 549-569.

MILROY, L. & GORDON, M. (2003) Social Relationships Subjects. In: *Sociolinguistic:* method and interpretation. UK: Blackwell. p. 116-135

PATRICK, Peter L. (2002) The speech community. In: CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P. & SCHILLING-ESTES, N. (eds.) *The handbook of language variation and change.* Oxford UK: Blackwell. p. 573-593.

SEVERO, Cristine Gorski. (2007). *Por uma Perspectiva Social da Dialógica da Linguagem:* repensando a noção do indivíduo. Tese de Doutorado, UFSC.

WARDHAUGH, Ronald (2002) Speech communities. In: *An introduction to sociolinguistics.* 4a. ed. UK: Blackwell, 2002. p. 116-129.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin (1968) Empirical Foundations for a Theory of Language Change**.** In: Winfred P. Lehmann & Yakov Malkiel (eds.). *Directions for Historical Linguistics.* Austin: University of Texas Press. p. 97 -195.